

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI. CEP 64018-900

Telefone - (86) 3216-3239 - http://www.seduc.pi.gov.br - pregaoseducpi@gmail.com

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO № 19/2021 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC/PI Processo Administrativo n. 00011.021979/2020-82

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC/PI, por meio da Gerência de Licitação e de Contratação em Pregão e de Contratação Direta - GPCD, sediada na Av. Pedro Freitas, S/N, Centro Administrativo, Blocos D e F, CEP 64018-900, realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520/2002, dos Decretos Federais n. 10.024/2019, n. 7.746/2012 e 8.538/2015, da Instrução Normativa SLTI/MP n. 01, de 19/01/2010, da Instrução Normativa SEGES/MP n. 03, de 26/04/2018, da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007, Lei Estadual n. 6.301/2013, Lei Estadual n. 6.735/2015, Lei Estadual n. 6.947/2017, Lei Estadual n. 7.482/2021, Decreto Estadual nº 11.346/2004, Decreto Estadual nº 11.319/2004, Decreto Estadual 14.483.2011 e Decreto Estadual 16.212/201, aplicando-se, subsidiariamente, além da legislação federal acima, a Lei nº 8.666/93, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data início de Acolhimento: 06/09/2021

Horário: 08:00

Data Abertura de propostas: 20/09/2021

Horário: 09:00

Data Rodada de Lances: 20/09/2021

Horário: 09:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal - <u>www.comprasgovernamentais.gov.br</u>

1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de consumo para Salas de Recursos Multifuncionais e Centro de Atendimento Educacional Especializado do Estado do Piauí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, SEED/PI para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 14102 - RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fonte: 100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL / 000025 - RECURSOS PRECATÓRIOS FUNDEF

Programa de Trabalho: 12.368.0002.1959

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

PI: 1959

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

- 3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
 - 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
 - 4.1.2 Todos os itens da presente licitação serão para participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

- 4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 - 4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
 - 4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
 - 4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

- 5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 6.1.1 Valor unitário e total do item;
 - 6.1.2 Marca;
 - 6.1.3 Fabricante;
 - 6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia.
- 6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

- 7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

- 7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1 (um) real**.
- 7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "<u>aberto</u>", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
 - 7.26.1 no pais;
 - 7.26.2 por empresas brasileiras;
 - 7.26.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.26.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
 - 7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado

para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

- 8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 8.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
 - 8.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 8.5.3 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.
 - 8.5.3.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
 - 8.5.3.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
 - 8.5.3.3 Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
 - 8.5.3.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
 - 8.5.3.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

- 8.5.3.6 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 8.5.3.7 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 03 (três) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 8.5.3.8 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 - 8.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 8.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União TCU;
 - e) Cadastro de Impedidos de Contratar TCE-PI (https://sistemas.tce.pi.gov.br/EmissaoDeCertidoes/consultarCertidao.xhtml);
 - f) Consulta de Situação Cadastral CADUF/PI (http://licitacao.administracao.pi.gov.br/resultado_caduf.php).
 - 9.1.1 Para a consulta de licitante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/);

- 9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 8.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
 - 9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
 - 9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
 - 9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de inabilitação.
- 9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

- 9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.9.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de

comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira.

- 9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 9.10.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
 - 9.10.2.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - 9.10.2.3 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
 - 9.10.2.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 9.10.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

IG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG -	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SC -	Ativo Total
30 -	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

IC=	Ativo Circulante
LC =	Passivo Circulante

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

- 9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - a) Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu no mínimo 10% (dez por cento) do objeto ou similar do Termo de Referência.
 - b) Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando o fornecimento do objeto ou similar, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência.
 - c) A licitante poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.
 - d) Serão consideradas inabilitadas as propostas das empresas que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios em partes essenciais e não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação.
 - e) A exigência pela apresentação de atestados técnicos no percentual descrito se faz necessário para resguardar a administração pública no sentido de garantir a execução do contrato e, consequentemente, atender as demandas da SEDUC-PI e tal exigência não compromete a competitividade do certame.
- 9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
 - 9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

- 9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
 - 9.19.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
 - 10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 - 10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
 - 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

- 11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 - 12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1 Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- 16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
 - 16.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 16.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
 - 16.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.4 O prazo de vigência da contratação é conforme o Termo de Referência, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 16.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
 - 16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
 - 16.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - 2.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 2.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - 2.1.3 apresentar documentação falsa;
 - 2.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 2.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 2.1.6 não mantiver a proposta;
 - 2.1.7 cometer fraude fiscal;
 - 2.1.8 comportar-se de modo inidôneo;
- 21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 21.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.7 Se durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

- 21.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2 pedido de impugnação deverá ser enviado ao endereço pregaoseducpi@gmail.com, e também deverá ser protocolado por meio do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), em substituição à abertura de novos processos físicos; Segue orientações:
 - a) Os particulares (pessoa física ou pessoa jurídica) que desejarem se utilizar do direito de petição, deverão apresentar documentos e/ou requerimentos em formato PDF através de mídia digital (CD ou pen-drive), que será utilizada pelo servidor no momento da protocolização e em seguida devolvida ao interessado juntamente com o número do processo que foi gerado;
 - b) Caso a documentação a ser protocolizada neste Órgão não exceda a 10 (dez) páginas, esta poderá ser recebida no seu formato original para conversão no formato PDF e registro do processo no SEI, sendo, posteriormente, devolvida ao interessado juntamente com o número do processo que foi gerado;
 - c) A Supervisão de Protocolo Geral deste Órgão disponibiliza o endereço eletrônico (protocologeral@seduc.pi.gov.br) para recebimento de documentos e/ou requerimentos em formato PDF, para abertura de processos no SEI, desde que possa ser confirmada a autenticidade do remetente/interessado;
 - d) As diligências e respostas que se fizerem necessárias nos processos administrativos previstos acima, serão formuladas, preferencialmente, através do SEI ou de endereço de email, devendo o requerente/interessado fornecer o endereço correspondente no documento que dará início ao processo;
 - e) Quando houver impossibilidade técnica de digitalização de documentos, estes serão recebidos em sua forma original, sendo posteriormente registrados no SEI;
 - f) Fica vedada a abertura de processos no SEI utilizando-se de documentação ilegível.
- 22.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

- 22.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 22.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 22.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 22.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.11 Os Licitantes devem seguir a descrição do objeto ofertado e detalhado no quadro de especificações, ANEXO IV deste edital.
- 23.12 Edital disponibilizado, 0 está íntegra, endereços eletrônicos na nos www.seduc.pi.gov.br/licitacoes e www.tce.pi.gov/licitacao, sendo os autos do processo administrativo com vista franqueada aos interessados no endereço da SEDUC em horário e dias úteis, com informações a serem encaminhadas pelo email pregao@seduc.pi.gov.br e telefone (086) 3216-3239.
- 23.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.13.1 ANEXO I - Termo de Referência

23.13.2 ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

23.13 3 ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços.

23.13.4 ANEXO IV - Quadro de Especificações

Teresina-PI, 01 de setembro de 2021

Leovidio Neto

Gerente de Licitação



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6**, **Gerente**, em 01/09/2021, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do <u>Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php? acesso_externo=0, informando o código verificador **2269969** e o código CRC **330C2697**.

Processo SEI: 00011.021979/2020-82Documento SEI: 2269969



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ Av. Pedro Freitas, S/N, Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900 Telefone: - (86) 3216-3204 / 3392 - http://www.seduc.pi.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00011.021979/2020-82

1. DO OBJETO

1. 1 Aquisição de material de consumo para Salas de Recursos Multifuncionais e Centro de Atendimento Educacional Especializado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ТЕМ	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	САТМАТ	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01		Desenvolvimento pedagógico: Intelectual/Criatividade/Aprendizado/Concentração/Conhecimento/ Raciocínio lógico/ Crescimento social/Coordenação motora	108022	Cx	146	R\$ 346,15	R\$ 50.537,90
02	Escala optométrica de Snellen Material: Lona Plástica Fotográfica Fosca Lavável de Alta Resolução. Distância do Teste: 3,05 m - Três metros e cinco centímetros - (10 pés). Tamanho da Tabela: 35 x 65 cm.	Tabela de Optotipos de Snellen aplicada para Testes de Acuidade Visual.	412687	Und	146	R\$ 210,76	R\$ 30.770,9
03		Desenvolvimento pedagógico: Intelectual/Criatividade/Aprendizado/Concentração/Conhecimento/ Raciocínio lógico/ Crescimento social/Coordenação motora	70491	Cx	146	R\$ 269,98	R\$39.417,08
04	Tangran em MDF 70 pçs Jogo chinês milenar, composto por 10 conjuntos de 7 figuras geométricas, totalizando 70 peças, em MDF formando um quadrado de base 15cm. Tinta não tóxica. Caixa de madeira medindo 05x17x17cm.	Ensinar que um todo sempre é divisível em várias partes, que posteriormente podem ser reorganizadas em um outro todo diferente. Assim, a criança já está construindo a noção espacial e de divisão.	30031	Cx	146	R\$ 41,42	R\$ 6.047,32
	Torre de Hanoi Materiais: Madeira, Comprimento x Largura x Altura: 30 cm x 10 cm x 12 cm. Idade mínima recomendada: 3 anos	Estimula a estratégia, concentração, raciocínio lógico e atenção.	70491	Cx	146	R\$ 36,58	R\$5.340,68
06	Dama Base de 24 x 24cm em madeira com 18 peças de plástico coloridas. Medidas da embalagem: 24 x 24cm.	Estimula a estratégia, concentração, raciocínio lógico e atenção. Recomendado para crianças a partir de 8 anos de idade.	29920	Cx	146	R\$ 26,95	R\$3.933,97
07	policuleno e	Divertido. Sua rapidez e seu reflexo irá decidir cada jogada. Quem colocar primeiro as fichas será o vencedor. Você pode vencer ou perder em questão de segundos! Para crianças maiores de 5 anos de idade	30031	Und	146	R\$ 49,90	R\$7.285,40
		Realizar contas com rapidez e perfeição, buscando alcançar o resultado sem desperdícios. Ele ajuda a desenvolver concentração, atenção, memorização, percepção, coordenação motora e cálculo mental, principalmente porque o praticante é o responsável pelos cálculos, não o instrumento.	257100	Und	219	R\$ 67,00	R\$ 14.673,0

1	1		l				1 1
09	Reglete Braille de mesa (kit de escrita Braille) Prancheta em MDF com encaixes na lateral. Fixador de papel em alumínio. Reglete de plástico com 4 linhas e 28 celas braille. Reglete com encaixe para fita rotuladora. Reglete de plástico de alta qualidade e resistência. Material resistente a ferrugem. Acompanha um punção.	É um dos primeiros instrumentos ou mecanismos para escrita em Braille. Seu criador chamado Louis Braille, desenvolveu esse importante instrumento para que as pessoas cegas pudessem ler e escrever.	257104	Und	219	R\$ 113,50	R\$ 24.856,50
10	Bengala dobrável alumínio Bengala Guia Dobrável em Alumínio Para Deficiente Visual. Em alumínio resistente, Com alça para transporte, Dobrável em 4 partes facilitando o transporte, Tamanho único: 1.20 m, Peso: 220g.	Serve para auxiliar a locomoção de pessoas com deficiência visual.	353843	Und	219	R\$ 127,23	R\$27.863,37
11	Sólidos geométricos em plásticos 11 pçs Brinquedos Educativos - Sólidos Geométricos Conjunto confeccionado em madeira, contendo 11 sólidos geométricos de tamanhos variados, medindo aproximadamente 80x40mm. Acondicionado em caixa de madeira. Confeccionado em madeira Contendo 11 sólidos geométricos	Sólidos geométricos são utilizados para exploração das suas formas e no reconhecimento de seus elementos através da visualização. Estes sólidos são indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes.	70491	Cx	146	R\$ 85,00	R\$12.410,00
12	Bola futebol com guizo Especificações: Material: PVC, Peso Aproximado: 480g. Origem: Nacional. Dividida em gomos	Indicada para os jogos de futebol praticados por pessoas com deficiência visual	150563	Und	146	R\$ 88,00	R\$12.848,00
13	Blocos Lógicos em madeira 48 pçs Brinquedo pedagógico madeira blocos lógicos 48 peças. Dimensões do produto: 24 x 24 x 8 cm; 672g	Tem por finalidade auxiliar na aprendizagem de crianças na educação infantil e educação básica.	285179	Cx	146	R\$ 32,00	R\$4.672,00
14	contendo 11 sólidos geométricos de tamanhos variados, medindo aproximadamente 80x40mm. Acondicionado em caixa de madeira. Confeccionado em madeira Contendo 11 sólidos geométricos Bola futebol com guizo Especificações: Material: PVC, Peso Aproximado: 480g. Origem: Nacional. Dividida em gomos Blocos Lógicos em madeira 48 pcs Brinquedo pedagógico madeira blocos lógicos 48 pcyas. Dimensões do produto: 24 x 24 x 8 cm; 672g Suporte plano inclinado em madeira para Leitura e Escrita o3 níveis de inclinação através da haste, proporcionando melhorar o campo de visão: Estrutura em MDF; Dobrável com duas dobradiças. Conjunto de bola bobath Material: plastico reforçado. Tipo de bola: yoga. Inclui inflador: Sim. Diâmetros: 45 cm, 55 cm e 65 cm Tapete sensorial personalizado Tapete com base de Eva encaixáveis com tamanhos de 30 cm X 30 com 10 pcças. Com diversas texturas. *E uma bolsa para carregar o tapete. Altura: 3.00 cm Largura: *E sensorial (tátil, visual e auditiva). Nesta atividade, as crianças pelo toque das mãos e pês, sentem e identificam diferentes materiais e texturas. tagado para carregar o tapete. Altura: 3.00 cm Largura: **E sensorial (tátil, visual e auditiva). Nesta atividade, as crianças pelo toque das mãos e pês, sentem e identificam diferentes materiais e texturas. tagado para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fórmulas e calculo de áreas e volumes. Indicados para dedução de fútebol praticados por pessoas com deficiência visual pros es orig		65102	Und	146	R\$ 119,00	R\$17.374,00
15	Conjunto de bola bobath Material: plastico reforçado. Tipo de bola: yoga. Inclui inflador: Sim. Diâmetros: 45cm, 55cm e 65 cm	fortalecimento de membros superiores em treinos de resistência muscular. Pode ser incorporada a uma enorme variedade de exercícios em solo	399443	Und	04	R\$ 137,87	R\$551,46
16	Tapete com base de Eva encaixáveis com tamanhos de 30cm X 30 com	objetivos, tais como: equilíbrio, coordenação motora fina e grossa e percepção sensorial (tátil, visual e auditiva). Nesta atividade, as crianças pelo toque das	467272	Und	04	R\$ 55,00	R\$220,00
		equilíbrio, coordenação motora fina e grossa. Peças grandes e volumosas permitem uma introdução ideal às habilidades de construção básicas. Os blocos coloridos e vivos estimulam a criatividade e são adequados e seguros para crianças pequenas.	472089	Cx	03	R\$ 1.376,55	R\$4.129,65

adequados e seguros para crianças pequenas. Jogo de montar base de resgate da selva Possui 648 peças em plástico rígido encaixável. Lego ou similar. Jogo de montar maleta criativa Mala amarela resistente com compartimentos de classificação acessíveis e uma seleção de peças coloridas, incluindo tijolos, formas, rodas e olhos. Mede mais de 26cm de altura, 28cm de largura e 6cm de profundidade. Recomendável para crianças paquenas. Jagos de montar maleta criativa Mala amarela resistente com compartimentos de classificação acessíveis e uma seleção de peças coloridas, incluindo tijolos, formas, rodas e olhos. Mede mais de 26cm de altura, 28cm de largura e 6cm de profundidade. Recomendável para crianças paquenas. Tatame 100x100 de 3cm com encaixe Idad às habilidades de construção básicas. Os blocos coloridos e vivos estimulam a criatividade e são 70491 Cx 04 R\$ 299,99 R\$ 1.199,96 Cx 04 R\$ 194,90 R\$ 779,60 Cx 04 R\$ 194,90 R\$ 779,60 Cx 104 R\$ 194,90 R\$ 779,60	٠.	10012	021	CENCOVII 1000047 Tollio de Noie	TOTICIA				
Second of constitute counts of the process of the									
Discretations 2019 4 (800 p. 00) cm	1	18	Blocos de montar cenas de um ônibus, sendo indicado para crianças acima de 6 anos. A cena contém 274 peças em plástico atóxico; Personagens: 3 bonecos.	construção básicas. Os blocos coloridos e vivos estimulam a criatividade e são	70491	Cx	04	R\$ 245,83	R\$ 983,32
Posses if a final in figures do logo cipy of standard and the process of the posses	1	19	lançamento de foguetes Dimensões: 3780 x 4800 x 940 cm (L x C x A). Itens inclusos: 837 peças. Materiais: plástico. Não recomendável para menores de 3	construção básicas. Os blocos coloridos e vivos estimulam a criatividade e São	70491	Cx	04	R\$ 1.036,92	R\$ 4.147,68
In selva	2	20	lunar Inclui 4 mini figuras do lego city ou similar, sendo 2 astronautas e 2 tripulantes, além de uma figura de robô. Possui 412 peças. Materiais:	construção básicas. Os blocos coloridos e vivos estimulam a criatividade e são	70491	Cx	04	R\$ 566,65	R\$ 2.266,60
Mala amarcla resistente com compartimento de classificação accessives e uma seleção de peças coloridas, incluindo fijolos, formas, construção hásicas. Cos hicores coloridas e vivos estimulam a criatividade e são 70491 Cx 04 R\$ 194,90 R\$ 779,60 de construção hásicas. Cos hicores coloridas e vivos estimulam a criatividade e são 70491 Cx 04 R\$ 194,90 R\$ 779,60 de construção hásicas. Cos hicores coloridas e vivos estimulam a criatividade e são 70491 Cx 04 R\$ 194,90 R\$ 779,60 de construção hásicas. As crianças podem fazer diversas construção hásicas. As crianças podem fazer diversas de construção hásicas em cima do mesmo. Tatame 100x100 de 3cm com enciste construção hásicas. As crianças podem fazer diversas atividades físicas em cima do mesmo. Aramado casinha	2	21	da selva Possui 648 peças em plástico rígido	construção básicas. Os blocos coloridos e vivos estimulam a criatividade e são	70491	Cx	04	R\$ 299,99	R\$ 1.199,96
Ideal às habilidades de construção básicas. As crianças podem fazer diversas atividades físicas em cima do mesmo. Aramado casinha Em forma de Cubo com a parte superior e laterais compostas por 5 atividades. Madeira, M.D.F. e Arame. Dimensões do Produto Fechado: Altura: 27 cm; Largura: 27 cm. Profundidades: 20 cm Profundidades: 50 cm Adaptador tesoura-mola 1. Tesoura tamanho 20 x 10 x 1 cm adaptada com uma haste semi- rigida unindo os dois orificios de encaixe dos dedos. Caixa em MDF tamanho 30 x 9 x 4,5 cm Baú psicomotricidade com 10 pcs diversas Contém 10 Brinquedos: 01 Bloco de Construção, 01 Pequeno Engenheiro, 01 Mosnico, 01 Domino, 01 Cubo de Encaixe, 01 Domino, 0	2	22	Mala amarela resistente com compartimentos de classificação acessíveis e uma seleção de peças coloridas, incluindo tijolos, formas, rodas e olhos. Mede mais de 26cm de altura, 28cm de largura e 6cm de profundidade. Recomendável para crianças a partir de 6 anos. Possui	construção básicas. Os blocos coloridos e vivos estimulam a criatividade e são	70491	Cx	04	R\$ 194,90	R\$ 779,60
Em forma de Cubo com a parte superior e laterais compostas por 5 atividades. Madeira, M.D.F. e 24 Arame. Dimensões do Produto Fechado: Altura: 27 cm; Largura: 27 cm. Profundidade: 27 cm. Dimensões do Produto Montado: Altura: 27 cm; Largura: 27 cm. Profundidade: 27 cm. Dimensões do Produto Montado: Altura: 27 cm; Largura: 27 cm. Profundidade: 30 cm Adaptador tesoura-mola 1 Tesoura tamanho 20 x 10 x 1 cm adaptada com uma haste semirigida unindo os dois orificios de encaixe dos dedos. Caixa em MDF tamanho 30 x 9 x 4,5 cm Baú psicomotricidade com 10 pçs diversas Contém 10 Brinquedos: 01 Bloco de Construção, 01 Pequeno Engenheiro, 01 Mosaico, 01 Dominó, 01 Cubo de Encaixe, 01 Ligue-Brinque, 01 Torre Formas Geométricas, 01 Transbloco, 01 Bate Pinos, 01 Prancha de Seleção, Baú plástico tamanho 53 x 35 x 29	2	23	encaixe Comprimento: 1m,		460588	Und	584	R\$ 95,00	R\$ 55.480,00
1 Tesoura tamanho 20 x 10 x 1 cm adaptada com uma haste semi-rígida unindo os dois orifícios de encaixe dos dedos. Caixa em MDF tamanho 30 x 9 x 4,5 cm Baú psicomotricidade com 10 pçs diversas Contém 10 Brinquedos: 01 Bloco de Construção, 01 Pequeno Engenheiro, 01 Mosaico, 01 Dominó, 01 Cubo de Encaixe, 01 Ligue-Brinque, 01 Torre Formas Geométricas, 01 Transbloco, 01 Bate Pinos, 01 Prancha de Seleção, Baú plástico tamanho 53 x 35 x 29 Proporcionar facilidade no movimento de abrir da tesoura, assim o usuário necessita apenas realizar uma pressão para fechar a tesoura, que retorna automaticamente para a posição aberta. Proporcionar facilidade no movimento de abrir da tesoura, assim o usuário necessita apenas realizar uma pressão para fechar a tesoura, que retorna automaticamente para a posição aberta. 464170 Und 146 R\$ 81,08 R\$ 11.837,68 11.837,68 11.837,68 12.83 1.83 1.83 1.83 1.83 1.83 1.83 1.83 1	2	24	Em forma de Cubo com a parte superior e laterais compostas por 5 atividades. Madeira, M.D.F. e Arame. Dimensões do Produto Fechado: Altura: 27 cm; Largura: 27 cm. Profundidade: 27 cm. Dimensões do Produto Montado: Altura: 27 cm; Largura:	irão prender a atenção da criançada. Brinquedo confeccionado em madeira,		Cx	146	R\$ 48,00	R\$7.008,00
diversas Contém 10 Brinquedos: 01 Bloco de Construção, 01 Pequeno Engenheiro, 01 Mosaico, 01 Dominó, 01 Cubo de Encaixe, 01 Ligue-Brinque, 01 Torre Formas Geométricas, 01 Transbloco, 01 Bate Pinos, 01 Prancha de Seleção, Baú plástico tamanho 53 x 35 x 29 Ideal às habilidades de construção básicas. As crianças podem fazer diversas atividades físicas em cima do mesmo. Ideal às habilidades de construção básicas. As crianças podem fazer diversas 30031 Und 146 R\$ 251,99 R\$ 36.790,54	2	25	1 Tesoura tamanho 20 x 10 x 1 cm adaptada com uma haste semi- rígida unindo os dois orificios de encaixe dos dedos. Caixa em MDF	necessita apenas realizar uma pressão para fechar a tesoura, que retorna	464170	Und	146	R\$ 81,08	
	2	22 23 24 25 26	diversas Contém 10 Brinquedos: 01 Bloco de Construção, 01 Pequeno Engenheiro, 01 Mosaico, 01 Dominó, 01 Cubo de Encaixe, 01 Ligue-Brinque, 01 Torre Formas Geométricas, 01 Transbloco, 01 Bate Pinos, 01 Prancha de Seleção, Baú plástico tamanho 53 x 35 x 29		30031	Und	146	R\$ 251,99	

27	tátil vazado	O Dominó Percepção Tátil Vazado é um excelente jogo que auxilia no raciocínio na percepção tátil e visual além de ser uma ótima ferramenta pedagógica quando aliado a diferentes temas e disciplinas.	468454	Und	146	R\$ 71,06	R\$ 10.374,03
28	Conjunto de sinos coloridos 8 notas Cada sino possui uma nota musical compondo uma oitava completa. 1 - Sino Amarelo 1 - Sino Acxul 1 - Sino Azul 1 - Sino Azul Claro 1 - Sino Laranja 1 - Sino Verde 1 - Sino Vermelho 1 - Sino Branco	Sinos de percussão com 8 notas é um brinquedo musical para crianças.	30031	Сх	146	R\$ 219,72	R\$ 32.079,12

VALOR TOTAL R\$ 425.878,82 (quatrocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos)

- 1.2 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 1.4 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8°, 84° do Decreto n. 8.538, de 2015.
- 1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) publicação do contrato e prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço localizado na escola comum e nos Centros, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado constituindo-se em uma oferta obrigatória do sistema de ensino a ser implementado no Projeto Político Pedagógico - PPP. Assim, esse atendimento é concebido como: é um serviço de natureza pedagógica desenvolvido em um ambiente com equipamentos, mobiliários, profissionais especializados, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos. (Resolução CNE/CEB Nº 4/2009, art. 10, Inc. I), visando apoiar o processo de aprendizagem dos estudantes, público alvo da educação especial, matriculados na classe comum. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado na Sala de Recursos Multifuncionais consiste em identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Os recursos solicitados irão atender os objetivos propostos pelas Salas de Recursos Multifuncionais e Centros de Atendimento Educacional Especializado auxiliando no trabalho desenvolvido pelos profissionais em busca da efetivação da aprendizagem dos estudantes público alvo da educação especial. As salas de recursos multifuncionais e Centros Especializados necessitam de implementação, visto que a entrega dos materiais foi realizada já há algum tempo, necessitando de reposição.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos de natureza comum, nos termos no parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal nº 10.520/2001.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da data da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Rua Gibraltar, 32 Bairro Dirceu I, Teresina-PI CEP: 64 077-045
- 4.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta
- 4.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente
- 4.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 São obrigações da Contratante:
- 5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo:
- 5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078, de 1990);
- 6.1.2 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.3 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade,
- 6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 7.1.1 Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.
- 7.1.2 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

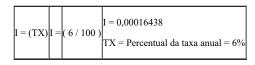
9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5°, § 3°, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante
- 10.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29. da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 10.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios:
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



365

11. DO REAJUSTE

- 11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1 A contratada, no prazo de 5 (cinco dias) após o recebimento do oficio de notificação ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 12.2 Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 12.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 12.2.2 Seguro-garantia:
- 12.2.3 Fiança bancária.
- 12.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta apresentada no contrato, com correção monetária, em favor do contratante.
- 12.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 12.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (tinta.) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 12.6 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 12.7 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 13. 1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do obieto.
- 13. 2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

14. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato:
- 14.1.4 comportar-se de modo inidôneo:
- 14.1.5 cometer fraude fiscal:
- 14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2 multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 14.2.3 multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o trigésimo dia, até o limite de 20%;
- 14.2.4 multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.5 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.6 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos:
- 14.2.7 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.8 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.9 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3 As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados
- 14.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade
- 14.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1 O custo estimado da contratação é de 425.878.82 (quatrocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos)

16. DOS RECURSOS ORCAMENTÁRIOS

16.1 A fonte de custeio para a aquisição do objeto deste Termo de Referência é o FUNDEF.

Teresina (PI), 22 de julho de 2021.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Maria Eleonora Pereira Sá

Gerencia de Educação Especial-GEE/UNEA/SEDUC/PI

Aprovo e autorizo este Termo de Referência para Aquisição de material de consumo para Salas de Recursos Multifuncionais e Centro de Atendimento Educacional Especializado.

Ellen Gera de Brito Moura

Secretário de Estado da Educação do Piauí

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9°, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da ÎN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1°, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por MARIA ELEONORA PEREIRA SÁ - Matr.0069914-4, Gerente, em 22/07/2021, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por ELLEN GERA DE BRITO MOURA - Matr.0158401-4, Secretário de Estado da Educação, em 23/07/2021, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador-externo.php?acao=documento-conferir&id-orgao-acesso-externo=0. informando o código verificador 1989847 e o código CRC 6A33A54F.

Referência: Processo nº 00011.021979/2020-82 SEI nº 1989847



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, CEP 64018-900 Telefone - (86) 3216-3204 / 3392 - http://www.seduc.pi.gov.br

O Estado do Piauí, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.729/0001-96, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, com sede localizada, Av. Pedro Freitas s/n, Centro Administrativo Blocos D/F Térreo CEP: 64018-900 - Teresina - PI, neste ato representado por seu SECRETARIO,

Processo nº 00011.021979/2020-82

Unidade Gestora: [digite aqui a sigla da unidade gestora]

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS № (XXX) QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA (XXXX.)

Carteiro no Pro 10.520 janeiro	nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20, publicada no DOE de de de						
1. CLÁU	JSULA PRIMEIRA –	ОВЈЕТО					
М	ultifuncionais e (resente Termo de Contrat Centro de Atendimento Eo mo de Referência, anexo do	ducacional Especializado		-		
	2. Este Termo de dependentemente	Contrato vincula-se ao Edide transcrição.	ital do Pregão, identifica	ido no preâmbu	lo e à pro	oposta vencedora,	
1.	3. Discriminação do	o objeto:					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR		
1							
2							
2.	2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de// e encerramento em//, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.						
	JSULA TERCEIRA –	-	pċ / \				
3.	3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ().						

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do estado do Piauí, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
 - 12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
 - 12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
 - 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 - 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Teresina-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Ter	esina-PI,	de	de 20
Responsável legal da CONTRAT	— ANTE		
Responsável legal da CONTRA	ΓADA		



Documento assinado eletronicamente por LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6, Gerente, em 21/06/2021, às 05:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador 1762438 e o código CRC 52E9E616.

Documento SEI: 1762438 Processo SEI: 00011.021979/2020-82

Telefone:



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, CEP 64018-900 Telefone - (86) 3216-3204 / 3392 - http://www.seduc.pi.gov.br

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:							
Razão	social e CNPJ:						
Telefone: Pessoa para contato:							
Pessoa	a para contato:						
ESPEC	IFICAÇÃO DO OBJETO E PREÇO:						
				Preço			
Item	Descrição detalhada do Objeto incluindo marca/modelo e fabricante	Unidade	Quant	Unitário	Total		
TOTAL	-			•			
Razão s	ocial:						
CNPJ:							
Endereg	ço:						
Telefon	e:						
TOTAL Razão social: Nome Fantasia: CNPJ: Endereço: Telefone: Email: Conta Bancária: Agência: Banco:							
Razão social: Nome Fantasia: CNPJ: Endereço: Telefone: Email: Conta Bancária: Agência:							
Agência	a:						
Banco:							
Represe	entante Legal:						
Endereg	ço:						
RG:							
CPF:							

Email:

ENTREGA E GARANTIA:

Prazo de entrega:

Período de garantia:

VALIDADE DA PROPOSTA:

Prazo de validade: não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS:

Nos preços propostos acima estão incluídos todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

DECLARAÇÃO:

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

(Local e data)

(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)



Documento assinado eletronicamente por LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6, Gerente, em 21/06/2021, às 05:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1762499 e o código CRC 184AAD4F.

Processo SEI: 00011.021979/2020-82 Documento SEI: 1762499

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, CEP 64018-900 Telefone - (86) 3216-3204 / 3392 - http://www.seduc.pi.gov.br



ANEXO IV QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	FINALIDADE	UND	QTE
01	CAIXA KIT PROVAS PIAGETIANAS KIT DE PROVAS PIAGETIANAS - 13 PROVAS ACONDICIONADAS EM MALETA DE TAMANHO 40 X 33 X 9,3 CM. MATERIAL: MADEIRA, EVA E MDF. IDADE: A PARTIR DE 5 ANOS. EMBALAGEM: CAIXA DE MADEIRA 40 X 33 X 9,3 CM.	DESENVOLVIMENTOPEDAGÓGICO: INTELECTUAL,CRIATIVIDADE,APRENDIZADO/CONCENTRAÇÃO/CONHECIMENTO/ RACIOCÍNIO LÓGICO/ CRESCIMENTO SOCIAL/COORDENAÇÃO MOTORA	UND	146
02	* IGUAL OU SIMILAR ESCALA OPTOMÉTRICA DE SNELLEN MATERIAL: LONA PLÁSTICA FOTOGRÁFICA FOSCA LAVÁVEL DE ALTA RESOLUÇÃO. DISTÂNCIA DO TESTE: 3,05 M - TRÊS METROS E CINCO CENTÍMETROS - (10 PÉS). TAMANHO DA TABELA: 35 X 65 CM. * IGUAL OU SIMILAR	TABELA DE OPTOTIPOS DE SNELLEN APLICADA PARA TESTES DE ACUIDADE VISUAL.	UND	146
03	FAMÍLIA TERAPÊUTICA INCLUSÃO SOCIAL MATERIAL MDF COM 10 PERSONAGENS. * IGUAL OU SIMILAR	DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO: INTELECTUAL/CRIATIVIDADE/APRENDIZADO/CONCENTRAÇÃO/CONHECIMENTO/ RACIOCÍNIO OLÓGICO/ CRESCIMENTO SOCIAL/COORDENAÇÃO MOTORA	UND	146
04	TANGRAN EM MDF 70 PÇS JOGO CHINÊS MILENAR, COMPOSTO POR 10 CONJUNTOS DE 7 FIGURAS GEOMÉTRICAS, TOTALIZANDO 70 PEÇAS, EM MDF FORMANDO UM QUADRADO DE BASE 15CM. TINTA NÃO TÓXICA. CAIXA DE MADEIRA MEDINDO 05X17X17CM. * IGUAL OU SIMILAR	ENSINAR QUE UM TODO SEMPRE É DIVISÍVEL EM VÁRIAS PARTES, QUE POSTERIORMENTE PODEM SER REORGANIZADAS EM UM OUTRO TODO DIFERENTE. ASSIM, A CRIANÇA JÁ ESTÁ CONSTRUINDO A NOÇÃO ESPACIAL E DE DIVISÃO.	UND	146
05	TORRE DE HANOI MATERIAIS: MADEIRA, COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA: 30 CM X 10 CM X 12 CM. IDADE MÍNIMA RECOMENDADA: 3 ANOS. * IGUAL OU SIMILAR	ESTIMULA A ESTRATÉGIA, CONCENTRAÇÃO, RACIOCÍNIO LÓGICO E ATENÇÃO.	UND	146
06	DAMA BASE DE 24 X 24CM EM MADEIRA COM 18 PEÇAS DE PLÁSTICO COLORIDAS. MEDIDAS DA EMBALAGEM: 24 X 24CM. * IGUAL OU SIMILAR	ESTIMULA A ESTRATÉGIA, CONCENTRAÇÃO, RACIOCÍNIO LÓGICO E ATENÇÃO. RECOMENDADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 8 ANOS DE IDADE.	UND	146
07	JOGO LINCE PRODUZIDO COM PAPEL, PAPEL-CARTÃO, POLIETILENO E POLIESTIRENO. DIMENSÕES DE ITEM DE COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA: 3 X 1 X 2 MILÍMETROS. NÚMERO DE PEÇAS: 151.	DIVERTIDO. SUA RAPIDEZ E SEU REFLEXO IRÁ DECIDIR CADA JOGADA. QUEM COLOCAR PRIMEIRO AS FICHAS SERÁ O VENCEDOR. VOCÊ PODE VENCER OU PERDER EM QUESTÃO DE SEGUNDOS! PARA CRIANÇAS MAIORES DE 5 ANOS DE IDADE	UND	146
08	* IGUAL OU SIMILAR SOROBAN CONFECCIONADO EM MDF, PLÁSTICO E MADEIRA. QUADRO EM M.D.F; COM SERIGRAFIA ATÓXICA, MEDINDO 30 X 7 X 28 CM, COM 4 VARETAS E 40 ARGOLINHAS DE P.V.C; RÍGIDO COLORIDAS. EMBALAGEM: PELÍCULA DE PVC ENCOLHÍVEL. * IGUAL OU SIMILAR	REALIZAR CONTAS COM RAPIDEZ E PERFEIÇÃO, BUSCANDO ALCANÇAR O RESULTADO SEM DESPERDÍCIOS. ELE AJUDA A DESENVOLVER CONCENTRAÇÃO, ATENÇÃO, MEMORIZAÇÃO, PERCEPÇÃO, COORDENAÇÃO MOTORA E CÁLCULO MENTAL, PRINCIPALMENTE PORQUE O PRATICANTE É O RESPONSÁVEL PELOS CÁLCULOS, NÃO O INSTRUMENTO.	UND	219
09	REGLETE BRAILLE DE MESA (KIT DE ESCRITA BRAILLE) PRANCHETÁ EM MDF COM ENCAIXES NA LATERAL. FIXADOR DE PAPEL EM ALUMÍNIO. REGLETE DE PLÁSTICO COM 4 LINHAS E 28 CELAS BRAILLE. REGLETE COM ENCAIXE PARA FITA ROTULADORA. REGLETE DE PLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA. MATERIAL RESISTENTE A FERRUGEM. ACOMPANHA UM PUNÇÃO. * IGUAL OU SIMILAR	É UM DOS PRIMEIROS INSTRUMENTOS OU MECANISMOS PARA ESCRITA EM BRAILLE. SEU CRIADOR CHAMADO LOUIS BRAILLE, DESENVOLVEU ESSE IMPORTANTE INSTRUMENTO PARA QUE AS PESSOAS CEGAS PUDESSEM LER E ESCREVER.	UND	219
10	BENGALA DOBRÁVEL ALUMÍNIO BENGALA GUIA DOBRÁVEL EM ALUMÍNIO PARA DEFICIENTE VISUAL. EM ALUMÍNIO RESISTENTE, COM ALÇA PARA TRANSPORTE, DOBRÁVEL EM 4 PARTES FACILITANDO O TRANSPORTE, TAMANHO ÚNICO: 1.20 M, PESO: 220G. * IGUAL OU SIMILAR	SERVE PARA AUXILIAR A LOCOMOÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.	UND	219
11	SÓLIDOS GEOMÉTRICOS EM PLÁSTICOS 11 PÇS BRINQUEDOS EDUCATIVOS - SÓLIDOS GEOMÉTRICOS CONJUNTO CONFECCIONADO EM MADEIRA, CONTENDO 11 SÓLIDOS GEOMÉTRICOS DE TAMANHOS VARIADOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 80X40MM. ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA. CONFECCIONADO EM MADEIRA CONTENDO 11 SÓLIDOS GEOMÉTRICOS. * IGUAL OU SIMILAR	SÓLIDOS GEOMÉTRICOS SÃO UTILIZADOS PARA EXPLORAÇÃO DAS SUAS FORMAS E NO RECONHECIMENTO DE SEUS ELEMENTOS ATRAVÉS DA VISUALIZAÇÃO. ESTES SÓLIDOS SÃO INDICADOS PARA DEDUÇÃO DE FÓRMULAS E CALCULO DE ÁREAS E VOLUMES.	UND	146
12	BOLA FUTEBOL COM GUIZO	INDICADA PARA OS JOGOS DE FUTEBOL PRATICADOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	UND	146

709/202	ESPECIFICAÇÕES: MATERIAL: PVC, PESO APROXIMADO: 480G. ORIGEM: NACIONAL. DIVIDIDA EM GOMOS. * IGUAL OU SIMILAR	SEI/GOV-P1 - 227 1983 - SEDOC Quadro de Especificação		
13	BLOCOS LÓGICOS EM MADEIRA 48 PÇS BRINQUEDO PEDAGÓGICO MADEIRA BLOCOS LÓGICOS 48 PEÇAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 24 X 24 X 8 CM; 672G. * IGUAL OU SIMILAR	TEM POR FINALIDADE AUXILIAR NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO BÁSICA.	UND	146
14	SUPORTE PLANO INCLINADO EM MADEIRA PARA LEITURA E ESCRITA 03 NÍVEIS DE INCLINAÇÃO ATRAVÉS DA HASTE, PROPORCIONANDO MELHORAR O CAMPO DE VISÃO; ESTRUTURA EM MDF; DOBRÁVEL COM DUAS DOBRADIÇAS. * IGUAL OU SIMILAR	PLANO INCLINADO OU TAMBÉM CHAMADO APOIO PARA LEITURA COM 5 POSIÇÕES DIFERENTES. AUXILIO PARA PESSOAS COM BAIXA VISÃO POSSUI PRESILHAS PARA PRENDER AS FOLHAS, POSSUI 5 NÍVEIS DE INCLINAÇÃO E É PERFEITO PARA UTILIZAÇÃO EM CONJUNTO COM LUPAS E OUTROS AUXÍLIOS.	UND	146
15	CONJUNTO DE BOLA BOBATH MATERIAL: PLASTICO REFORÇADO. TIPO DE BOLA: YOGA. INCLUI INFLADOR: SIM. DIÂMETROS: 45CM, 55CM E 65 CM. * IGUAL OU SIMILAR	É UM ACESSÓRIO PARA EXERCÍCIOS DE INTENSIDADE LEVE. EXCELENTE PARA FORTALECIMENTO DE MEMBROS SUPERIORES EM TREINOS DE RESISTÊNCIA MUSCULAR. PODE SER INCORPORADA A UMA ENORME VARIEDADE DE EXERCÍCIOS EM SOLO OU EM EQUIPAMENTOS.	UND	04
16	TAPETE SENSORIAL PERSONALIZADO TAPETE COM BASE DE EVA ENCAIXÁVEIS COM TAMANHOS DE 30CM X 30 COM 10 PEÇAS. COM DIVERSAS TEXTURAS. *E UMA BOLSA PARA CARREGAR O TAPETE. ALTURA: 3.00 CM LARGURA: 30.00 CM. COMPRIMENTO: 30.00 CM. * IGUAL OU SIMILAR	O TAPETE SENSORIAL É UM RECURSO PEDAGÓGICO QUE CONTEMPLA DIVERSOS OBJETIVOS, TAIS COMO: EQUILÍBRIO, COORDENAÇÃO MOTORA FINA E GROSSA E PERCEPÇÃO SENSORIAL (TÁTIL, VISUAL E AUDITIVA). NESTA ATIVIDADE, AS CRIANÇAS PELO TOQUE DAS MÃOS E PÉS, SENTEM E IDENTIFICAM DIFERENTES MATERIAIS E TEXTURAS.	UND	04
17	PLAYGROUND ESPUMADO COM 9 PÇS PRODUTO COLORIDO, CONFECCIONADO EM ESPUMA DE ALTA PERFORMANCE D20, REVESTIDO EM BAGUM EMBORRACHADO (KORINO), ANTIALÉRGICO, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E RESISTENTE. O PRODUTO É COMPOSTO POR 9 PEÇAS, AS MESMAS SÃO FIXADAS EM VELCRO. CORES VARIADAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DE PRODUÇÃO. MEDIDAS: 290 X 180 X 35 CM. PESO MÁXIMO INDICADO EM SUA BASE É DE ATÉ 25 KG. * IGUAL OU SIMILAR	É UM RECURSO PEDAGÓGICO QUE CONTEMPLA DIVERSOS OBJETIVOS, TAIS COMO: EQUILÍBRIO, COORDENAÇÃO MOTORA FINA E GROSSA . PEÇAS GRANDES E VOLUMOSAS PERMITEM UMA INTRODUÇÃO IDEAL ÁS HABILIDADES DE CONSTRUÇÃO BÁSICAS. OS BLOCOS COLORIDOS E VIVOS ESTIMULAM A CRIATIVIDADE E SÃO ADEQUADOS E SEGUROS PARA CRIANÇAS PEQUENAS.	сх	03
18	JOGO DE MONTAR CENA DE ÔNIBUS BLOCOS DE MONTAR CENAS DE UM ÔNIBUS, SENDO INDICADO PARA CRIANÇAS ACIMA DE 6 ANOS. A CENA CONTÉM 274 PEÇAS EM PLÁSTICO ATÓXICO; PERSONAGENS: 3 BONECOS. LEGO OU SIMILAR. * IGUAL OU SIMILAR	PEÇAS GRANDES E VOLUMOSAS PERMITEM UMA INTRODUÇÃO IDEAL ÀS HABILIDADES DE CONSTRUÇÃO BÁSICAS. OS BLOCOS COLORIDOS E VIVOS ESTIMULAM A CRIATIVIDADE E SÃO ADEQUADOS E SEGUROS PARA CRIANÇAS PEQUENAS.	UND	04
19	JOGO DE MONTAR CENTRO DE LANÇAMENTO DE FOGUETES DIMENSÕES: 3780 X 4800 X 940 CM (L X C X A). ITENS INCLUSOS: 837 PEÇAS. MATERIAIS: PLÁSTICO. NÃO RECOMENDÁVEL PARA MENORES DE 3 ANOS. LEGO OU SIMILAR. * IGUAL OU SIMILAR	PEÇAS GRANDES E VOLUMOSAS PERMITEM UMA INTRODUÇÃO IDEAL ÀS HABILIDADES DE CONSTRUÇÃO BÁSICAS. OS BLOCOS COLORIDOS E VIVOS ESTIMULAM A CRIATIVIDADE E SÃO ADEQUADOS E SEGUROS PARA CRIANÇAS PEQUENAS.	UND	04
20	JOGO DE MONTAR ESTAÇÃO ESPACIAL LUNAR INCLUI 4 MINI FIGURAS DO LEGO CITY OU SIMILAR, SENDO 2 ASTRONAUTAS E 2 TRIPULANTES, ALÉM DE UMA FIGURA DE ROBÔ. POSSUI 412 PEÇAS. MATERIAIS: PLÁSTICO. LEGO OU SIMILAR. * IGUAL OU SIMILAR	PEÇAS GRANDES E VOLUMOSAS PERMITEM UMA INTRODUÇÃO IDEAL ÀS HABILIDADES DE CONSTRUÇÃO BÁSICAS. OS BLOCOS COLORIDOS E VIVOS ESTIMULAM A CRIATIVIDADE E SÃO ADEQUADOS E SEGUROS PARA CRIANÇAS PEQUENAS.	UND	04
21	JOGO DE MONTAR BASE DE RESGATE DA SELVA POSSUI 648 PEÇAS EM PLÁSTICO RÍGIDO ENCAIXÁVEL. LEGO OU SIMILAR. * IGUAL OU SIMILAR	PEÇAS GRANDES E VOLUMOSAS PERMITEM UMA INTRODUÇÃO IDEAL ÀS HABILIDADES DE CONSTRUÇÃO BÁSICAS. OS BLOCOS COLORIDOS E VIVOS ESTIMULAM A CRIATIVIDADE E SÃO ADEQUADOS E SEGUROS PARA CRIANÇAS PEQUENAS.	UND	04
22	JOGO DE MONTAR MALETA CRIATIVA MALA AMARELA RESISTENTE COM COMPARTIMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO ACESSÍVEIS E UMA SELEÇÃO DE PEÇAS COLORIDAS, INCLUINDO TIJOLOS, FORMAS, RODAS E OLHOS. MEDE MAIS DE 26CM DE ALTURA, 28CM DE LARGURA E 6CM DE PROFUNDIDADE. RECOMENDÁVEL PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 ANOS. POSSUI 213 PEÇAS. LEGO OU SIMILAR. * IGUAL OU SIMILAR	PEÇAS GRANDES E VOLUMOSAS PERMITEM UMA INTRODUÇÃO IDEAL ÀS HABILIDADES DE CONSTRUÇÃO BÁSICAS. OS BLOCOS COLORIDOS E VIVOS ESTIMULAM A CRIATIVIDADE E SÃO ADEQUADOS E SEGUROS PARA CRIANÇAS PEQUENAS.	UND	04
23	TATAME 100X100 DE 3CM COM ENCAIXE COMPRIMENTO: 1M, LARGURA: 1M, ESPESSURA: 20MM. * IGUAL OU SIMILAR	IDEAL ÀS HABILIDADES DE CONSTRUÇÃO BÁSICAS. AS CRIANÇAS PODEM FAZER DIVERSAS ATIVIDADES FÍSICAS EM CIMA DO MESMO.	UND	584
24	ARAMADO CASINHA EM FORMA DE CUBO COM A PARTE SUPERIOR E LATERAIS COMPOSTAS POR 5 ATIVIDADES. MADEIRA, M.D.F. E ARAME. DIMENSÕES DO PRODUTO FECHADO: ALTURA: 27 CM; LARGURA: 27 CM. PROFUNDIDADE: 27 CM. DIMENSÕES DO PRODUTO MONTADO: ALTURA: 27 CM; LARGURA: 27CM. PROFUNDIDADE: 50 CM. * IGUAL OU SIMILAR	O ARAMADO CASINHA É UM BRINQUEDO INTERATIVO COM 5 DIFERENTES ATIVIDADES QUE IRÃO PRENDER A ATENÇÃO DA CRIANÇADA. BRINQUEDO CONFECCIONADO EM MADEIRA, M.D.F. E ARAME.	UND	146
25	ADAPTADOR TESOURA-MOLA	PROPORCIONAR FACILIDADE NO MOVIMENTO DE ABRIR DA TESOURA, ASSIM O USUÁRIO NECESSITA APENAS REALIZAR UMA PRESSÃO PARA FECHAR A TESOURA, QUE RETORNA	UND	146

01/00/2021 OEI/00 v-1 1 - 22/ 1300 - GEDOO Quadio de Especificação				
	1 TESOURA TAMANHO 20 X 10 X 1 CM ADAPTADA COM UMA HASTE SEMI-RÍGIDA UNINDO OS DOIS ORIFÍCIOS DE ENCAIXE DOS DEDOS. CAIXA EM MDF TAMANHO 30 X 9 X 4,5 CM. * IGUAL OU SIMILAR	AUTOMATICAMENTE PARA A POSIÇÃO ABERTA.		
26	BAÚ PSICOMOTRICIDADE COM 10 PÇS DIVERSAS CONTÉM 10 BRINQUEDOS: 01 BLOCO DE CONSTRUÇÃO, 01 PEQUENO ENGENHEIRO, 01 MOSAICO, 01 DOMINÓ, 01 CUBO DE ENCAIXE, 01 LIGUE-BRINQUE, 01 TORRE FORMAS GEOMÉTRICAS, 01 TRANSBLOCO, 01 BATE PINOS, 01 PRANCHA DE SELEÇÃO, BAÚ PLÁSTICO TAMANHO 53 X 35 X 29 CM. * IGUAL OU SIMILAR	IDEAL ÀS HABILIDADES DE CONSTRUÇÃO BÁSICAS. AS CRIANÇAS PODEM FAZER DIVERSAS ATIVIDADES FÍSICAS EM CIMA DO MESMO.	UND	146
27	JOGO EDUCATIVO DOMINÓ PERCEPÇÃO TÁTIL VAZADO TAMANHO: 18X06X18 APROXIMADAMENTE; PESO: 600G APROXIMADAMENTE. * IGUAL OU SIMILAR	O DOMINÓ PERCEPÇÃO TÁTIL VAZADO É UM EXCELENTE JOGO QUE AUXILIA NO RACIOCÍNIO NA PERCEPÇÃO TÁTIL E VISUAL ALÉM DE SER UMA ÓTIMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA QUANDO ALIADO A DIFERENTES TEMAS E DISCIPLINAS.	UND	146
28	CONJUNTO DE SINOS COLORIDOS 8 NOTAS CADA SINO POSSUI UMA NOTA MUSICAL COMPONDO UMA OITAVA COMPLETA. 1- SINO AMARELO 1- SINO AZUL 1- SINO AZUL 1- SINO AZUL CLARO 1- SINO LARANJA 1- SINO VERDE 1- SINO VERDE 1- SINO VERMELHO 1- SINO BRANCO * IGUAL OU SIMILAR	SINOS DE PERCUSSÃO COM 8 NOTAS É UM BRINQUEDO MUSICAL PARA CRIANÇAS.	UND	146



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6**, **Gerente**, em 01/09/2021, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do <u>Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador-externo.php?acao=documento-conferir&id-orgao-acesso-externo=0, informando o código verificador 2271983 e o código CRC 4E711C8A.

Processo SEI: 00011.021979/2020-82 Documento SEI: 2271983

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2021-000

1 - Itens da Licitação

1 - Testes psicológicos

Descrição Detalhada: Testes psicológicos, testes psicologicos - Kit de provas Piagetianas - 13 provas acondicionadas em maleta m. Material: Madeira,

EVA e MDF. Idade: A partir de 5 Anos. Embalagem: Caixa de madeira

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 146 **Critério de Valor**: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 50.537,90
Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

2 - Arquivo visual giratório

Descrição Detalhada: Escala optométrica de Snellen, Tabela de Optotipos de Snellen aplicada para Testes de Acuidade Visual. Material: Lona Plástica

Fotográfica Fosca Lavável de Alta Resolução. Distância do Teste: 3,05 m - Três metros e cinco centímetros - (10 pés). Tamanho

mínimo da Tabela: 35 x 65 cm.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 146 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 30.770,96
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

3 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Família Terapêutica Inclusão Social, Material MDF com 10 personagens.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 146 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 39.417,08
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

4 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Tangran em MDF 70 pçs, Jogo chinês milenar, composto por 10 conjuntos de 7 figuras

geométricas, totalizando 70 peças, em MDF formando um quadrado de base 15cm. Tinta não tóxica. Caixa de madeira medindo

05x17x17cm.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 146 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 6.047,32 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

5 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Torre de Hanoi, Materiais: Madeira, Comprimento x Largura x Altura: 30 cm x 10 cm x 12 cm.

Idade mínima recomendada: 3 anos

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 146 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 5.340,68
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

6 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Dama Base de 24 x 24cm em madeira com 18 peças de plástico coloridas. Medidas da

embalagem: 24 x 24cm.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 146 **Critério de Valor:** Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 3.933,97 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

7 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Jogo Lince, Produzido com papel, papel-cartão, polietileno e poliestireno. Dimensões de item de

comprimento x largura x altura: 3 x 1 x 2 milímetros. Número de peças: 151

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 146 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 7.285,40
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

8 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Soroban

Confeccionado em MDF, plástico e madeira. Quadro em M.D.F; com serigrafia atóxica, medindo 30 x 7 x 28 cm, com 4 varetas e

40 argolinhas de P.V.C; rígido coloridas. Embalagem: película de PVC encolhível

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 219 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 14.673,00
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (219)

9 - Reglete - deficiente visual

Descrição Detalhada: Reglete - deficiente visual, material: chapa metal, alumínio cromado, espessura: 1,2 mm, material prancheta: mdf, espessura

prancheta: 10 mm, componentes: pinos inferiores, 4 linhas, 27 selas e prancheta

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 219 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 24.856,50
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (219)

10 - Bengala

Descrição Detalhada: Bengala, tipo: dobrável, material: em alumínio, tipo ponteira: com elástico, com ponteira, tamanho: 1,30m

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Quantidade Total: 219

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 27.863,37 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (219)

11 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Sólidos geométricos em plásticos 11 pçs,Brinquedos Educativos - Sólidos Geométricos Conjunto

confeccionado em madeira, contendo 11 sólidos geométricos de tamanhos variados, medindo aproximadamente 80x40mm.

Acondicionado em caixa de madeira. Confeccionado em madeira Contendo 11 sólidos geométricos

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Quantidade Total: 146 Critério de V

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 12.410,00
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

12 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Bola futebol com guizo, Especificações: Material: PVC, Peso Aproximado: 480g. Origem:

Nacional. Dividida em gomos.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Quantidade Total: 146

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 12.848,00
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

13 - Material pedagógico

Quantidade Total: 146

Descrição Detalhada: Material pedagógico, tipo: bloco lógico, material: madeira, dimensões: 335x200x55 mm, caracteristicas adicionais: caixa tipo

estojo

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço
Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 4.672,00
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

14 - Prancheta para desenho

Descrição Detalhada: Prancheta para desenho, prancheta para desenho. Suporte plano inclinado em madeira para Leitura e Escrita

03 níveis de inclinação através da haste, proporcionando melhorar o campo de visão; Estrutura em MDF; Dobrável com duas

dobradiças.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 146 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 17.374,00
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

15 - Material fisioterapia

Descrição Detalhada: Material fisioterapia, tipo: bola de feijão - bobath, material: borracha natural, tamanho: 45cm circunferência, capacidade: até 300

kg

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 4 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 551,46 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (4)

16 - Brinquedo em geral

Descrição Detalhada: Brinquedo em geral, material: borracha sintética eva, tipo: tapete infantil pedagógico, cor: diversas, características adicionais:

antialérgico, articulados, selo inmetro, dimensões: 30 x 30 x 0,10 cm

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 4 **Critério de Valor:** Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 220,00 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (4)

17 - Brinquedo em geral

Descrição Detalhada: Brinquedo em geral, material: espuma alta densidade, tipo: cubo, cor: variada

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 3 **Critério de Valor:** Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 4.129,65 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (3)

18 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico, jogo , brinquedo pedagogico Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 4 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 983,32 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (4)

19 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

 Quantidade Total:
 4

 Critério de Valor:
 Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 4.147,68
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (4)

20 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Jogo de montar estação espacial lunar Inclui 4 mini figuras do lego city ou similar, sendo 2 astronautas e 2 tripulantes, além de uma figura de robô. Possui 412 peças. Materiais: plástico. Lego ou similar.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 4 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável
Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 2.266,60
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (4)

21 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Jogo de montar base de resgate da selva Possui 648 peças em plástico rígido encaixável. Lego ou

similar.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço
Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável
Unidade de Fornecimento: Unidade

Critério de Julgamento: Menor Preço

Valor Total (R\$): 1.199,96 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (4)

22 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Jogo de montar maleta criativa Mala amarela resistente com compartimentos de classificação acessíveis e uma seleção de peças coloridas, incluindo tijolos, formas, rodas e olhos. Mede mais de 26cm de altura, 28cm de

largura e 6cm de profundidade. Recomendável para crianças a partir de 6 anos. Possui 213 peças. Lego ou similar.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço
Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável
Unidade de Fornecimento: Unidade

Quantidade Total: 4

Quantidade Total: 584

Quantidade Total: 146

Quantidade Total: 4

Valor Total (R\$): 779,60 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (4)

23 - Tatame

Descrição Detalhada: Tatame, material: e.v.a., comprimento placa: 100 cm, largura placa: 100 cm, espessura placa: 20 mm, características adicionais:

antiderrapante, película texturizada e siliconada, cor: variada

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço
Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável
Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 55.480,00
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (584)

24 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Aramado casinha

Em forma de Cubo com a parte superior e laterais compostas por 5 atividades. Madeira, M.D.F. e Arame. Dimensões do Produto Fechado: Altura: 27 cm; Largura: 27 cm. Profundidade: 27 cm. Dimensões do Produto Montado: Altura: 27 cm; Largura: 27 cm.

Profundidade: 50 cm

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Valor Total (R\$):

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 7.008,00
Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00
Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

25 - Tesoura

Descrição Detalhada: Tesoura, material: aço inoxidável, comprimento: 8 pol, características adicionais: tipo escolar com ponta arredondada

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 11.837,68 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

26 - Jogo , brinquedo pedagógico

Quantidade Total: 146

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico. Baú psicomotricidade com 10 pçs diversas

Contém 10 Brinquedos: 01 Bloco de Construção, 01 Pequeno Engenheiro, 01 Mosaico, 01 Dominó, 01 Cubo de Encaixe, 01 Ligue-Brinque, 01 Torre Formas Geométricas, 01 Transbloco, 01 Bate Pinos, 01 Prancha de Seleção, Baú plástico tamanho 53

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 36.790,54 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

27 - Material pedagógico

Quantidade Total: 146

Quantidade Total: 146

Descrição Detalhada: Material pedagógico, tipo: dominó com textura, material: mdf e eva, caracteristicas adicionais: em caixa de madeira, quantidade

pecas: 28 un

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 10.374,03 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1,00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)

28 - Jogo , brinquedo pedagógico

Descrição Detalhada: Jogo , brinquedo pedagógico.Conjunto de sinos coloridos 8 notas

Cada sino possui uma nota musical compondo uma oitava completa.

1- Sino Amarelo

1- Sino Roxo

1- Sino Azul

1- Sino Azul Claro

1- Sino Larania

1- Sino Verde 1- Sino Vermelho

1- Sino Branco

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 146 Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 32.080,12 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 1.00 Local de Entrega (Quantidade): Teresina/PI (146)